

estudos e pesquisas

nº 86 – junho de 2018

Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2017

Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2017

Pelo 19º ano seguido, o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, através do Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE), publica o balanço anual dos reajustes salariais¹.

Foram analisados em 2017 os reajustes salariais de 643 unidades de negociação de trabalhadores na indústria, comércio e serviços - tanto no setor privado, como em empresas estatais -, em todo o território nacional.

Segundo comparação com a variação da inflação medida pelo INPC-IBGE² em cada data-base, cerca de 63% dos reajustes analisados resultaram em ganhos reais aos salários. O dado sugere uma ligeira melhora no quadro das negociações salariais em relação aos dois anos anteriores, marcados por grave recessão econômica.

Considerações sobre o painel analisado

O primeiro aspecto a ser considerado no estudo é a redução do número de reajustes analisados no balanço de 2017, que, desde a constituição de um painel fixo de negociações coletivas para compor o SAS-DIEESE³, era próximo de 700.

É importante observar que nem sempre é possível registrar as informações relativas a todas as unidades de negociação que compõem esse painel a tempo da elaboração do Balanço dos Reajustes, o que faz com que o número de reajustes analisados seja diferente de ano para ano. Dentre os diversos motivos que impedem a complementação do painel, destacam-se a demora e/ou dificuldade das partes em concluir a negociação e a extinção de alguma das unidades de negociação acompanhada⁴. No primeiro caso, os reajustes, assim que conhecidos, são registrados no painel, mesmo após a publicação do Balanço.

No entanto, a queda no número de registros nesta amplitude não é usual. É possível que tal fato seja efeito da reforma trabalhista inscrita na Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, com validade a partir de novembro do mesmo ano. Embora não seja possível afirmá-lo categoricamente, é sabido que

¹ Embora a pesquisa remonte a 1996, o primeiro balanço publicado referia-se às negociações salariais de 1999.

² Índice Nacional de Preços ao Consumidor, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

³ O painel fixo do SAS-DIEESE foi composto em 2008 e compreende 846 unidades de negociação de trabalhadores da Indústria, Comércio e Serviços.

⁴ No caso, quando a negociação acompanhada deixa de existir por conta de fechamento de empresa, transferência de plantas empresariais ou alterações na composição das partes que negociam o acordo que venham a desfigurar a unidade de negociação acompanhada.

algumas das principais negociações coletivas brasileiras foram – e estão – sendo afetadas pela reforma: seja pela insegurança jurídica gerada, que poderia paralisar as negociações, seja por dificuldades maiores em chegar a acordo, em decorrência da ofensiva patronal em flexibilizar direitos trabalhistas.

Resultados

Dos reajustes salariais analisados pelo SAS-DIEESE em 2017, cerca de 63% resultaram em ganhos reais ao salário, segundo comparação com o INPC-IBGE. Em geral, situaram-se pouco acima desse índice: mais da metade dos reajustes superiores à inflação (216 em 407) registraram ganhos de até 0,5%, e quase 80% (319 em 407), de até 1% (Tabela 1).

Reajustes em valores iguais à inflação, sempre considerando o INPC-IBGE como referência, representaram 29% do painel analisado; e reajustes inferiores à inflação, 8%. Estes, em particular, também ficaram próximos à inflação: 44% (23 em 52) registraram perdas de até 0,5% em relação ao INPC-IBGE; e 65% (34 em 52), de até 1%.

TABELA 1
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2017

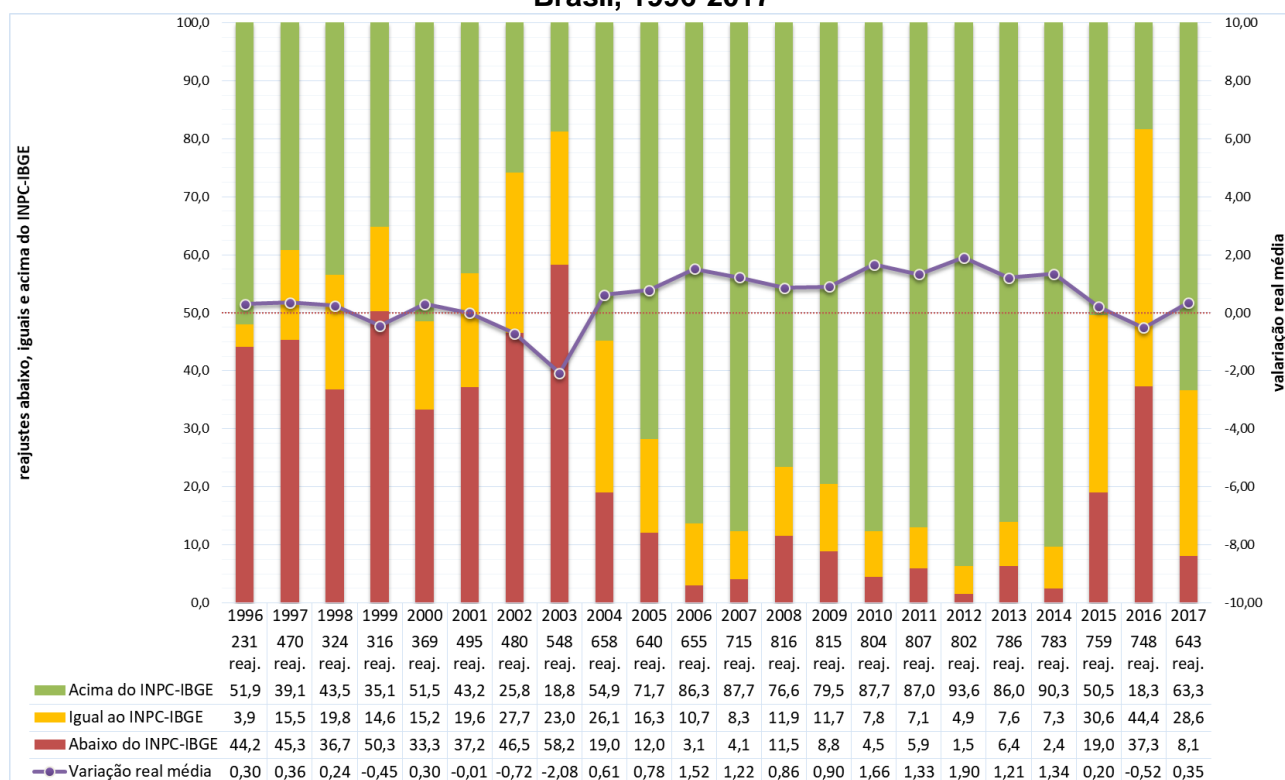
Variação	Reajustes Salariais	
	nº	%
Acima do INPC-IBGE	407	63,3
De 4,01% a 5% acima	2	0,3
De 3,01% a 4% acima	2	0,3
De 2,01% a 3% acima	12	1,9
De 1,01% a 2% acima	72	11,2
De 0,51% a 1% acima	103	16,0
De 0,01% a 0,5% acima	216	33,6
Igual ao INPC-IBGE	184	28,6
De 0,01% a 0,5% abaixo	23	3,6
De 0,51% a 1% abaixo	11	1,7
De 1,01% a 2% abaixo	8	1,2
De 2,01% a 3% abaixo	2	0,3
De 3,01% a 4% abaixo	6	0,9
De 4,01% a 5% abaixo	2	0,3
Abaixo do INPC-IBGE	52	8,1
Total	643	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Na comparação com os anos anteriores, observa-se que as negociações salariais de 2017 analisadas pelo SAS-DIEESE apresentam um quadro mais favorável do que o verificado em 2015 e 2016 (Gráfico 1), período caracterizado por uma profunda recessão econômica.

Contudo, o desempenho das negociações salariais ainda está distante daquele observado entre 2006 e 2014, o que se verifica tanto nas proporções de reajustes iguais, superiores e inferiores ao INPC-IBGE, como na variação real média anual desses reajustes.

GRÁFICO 1
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE
e variação real média dos reajustes
Brasil, 1996-2017



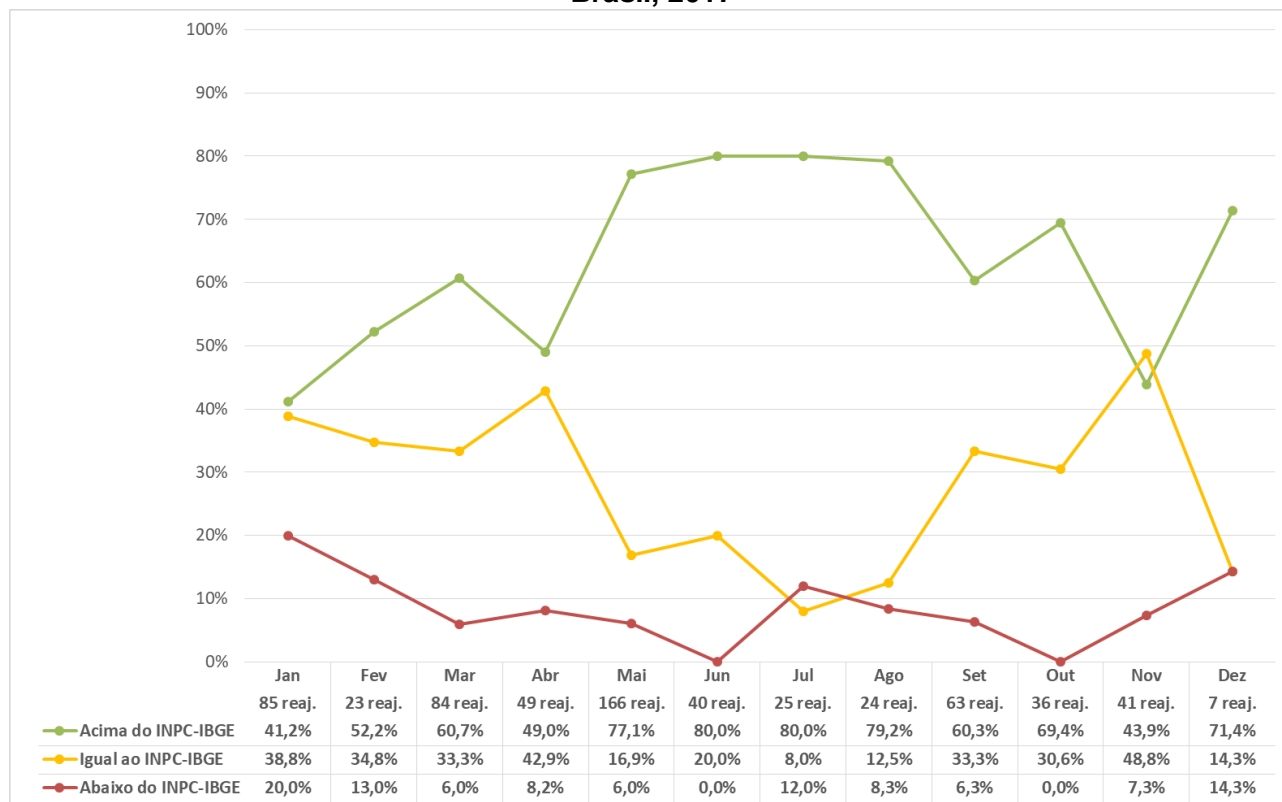
Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Reajustes salariais por data-base

Na análise dos reajustes por data-base, é possível destacar três momentos específicos (Gráfico 2). Entre janeiro e maio, à exceção de abril, o movimento é de melhora no desempenho das negociações salariais, com aumento da proporção de reajustes superiores ao INPC-IBGE e queda na proporção dos reajustes iguais e inferiores a esse índice. Entre maio e agosto, o percentual de negociações com ganhos reais se estabiliza e há oscilações nas negociações que resultam em reajustes iguais e inferiores ao INPC-IBGE. A partir de agosto, há oscilações expressivas entre as proporções de reajustes iguais e acima do INPC-IBGE e uma curva em V na proporção dos reajustes abaixo da inflação.

Em novembro, em particular, a proporção de negociações com reajuste igual à inflação supera a das negociações com reajustes superiores. Isso ocorre apesar de a inflação acumulada no período manter-se baixa (1,83%) e a data-base concentrar as negociações de algumas das mais importantes categorias profissionais brasileiras, tais como a metalúrgica.

GRÁFICO 2
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE, por data-base Brasil, 2017

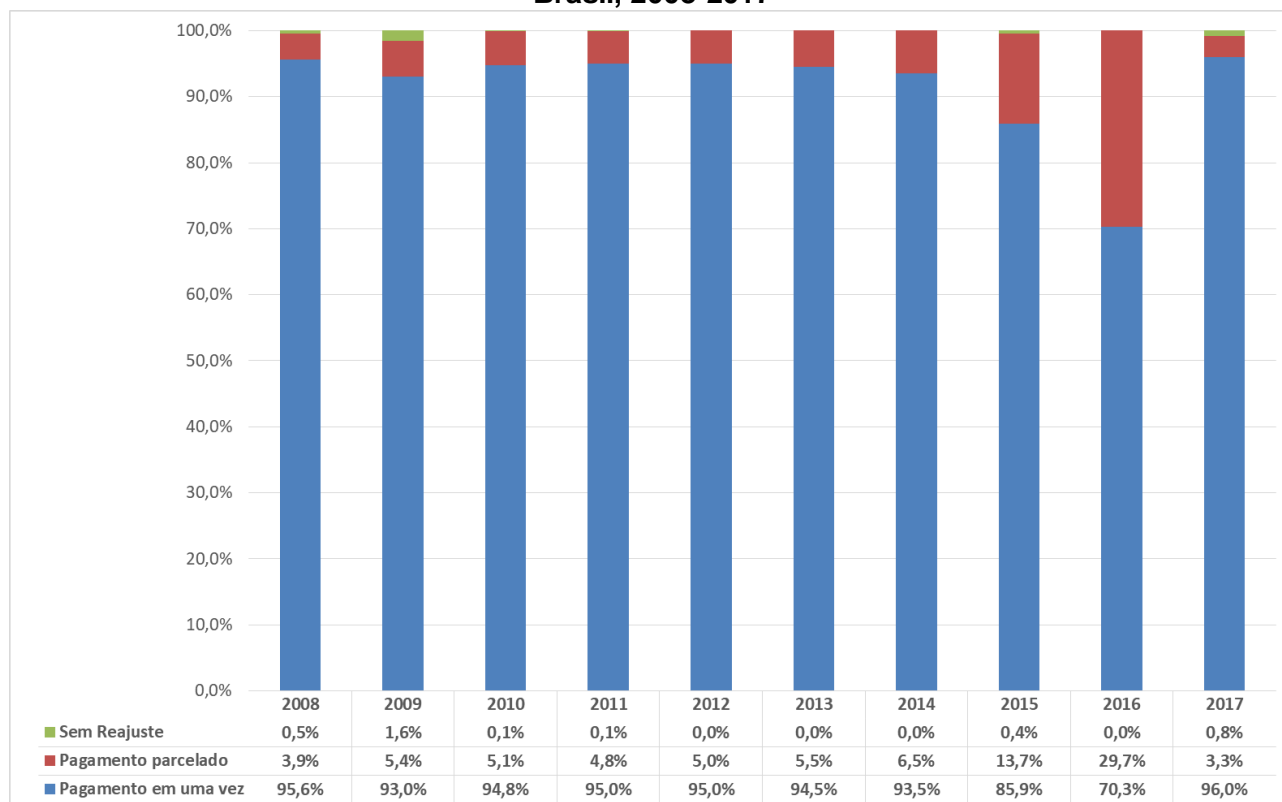


Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Reajustes parcelados, escalonados e pagamento de abono salarial

Em 2017, a proporção de reajustes pagos em duas ou mais parcelas – que correspondia a cerca de 30% em 2016 e a 14% em 2015 – cai para aproximadamente 3%, mais próximo dos percentuais verificados anteriormente. Por outro lado, quase 1% do painel concedeu reajuste zero nas datas-bases (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
Proporção de reajustes salariais segundo forma de pagamento
Brasil, 2008-2017

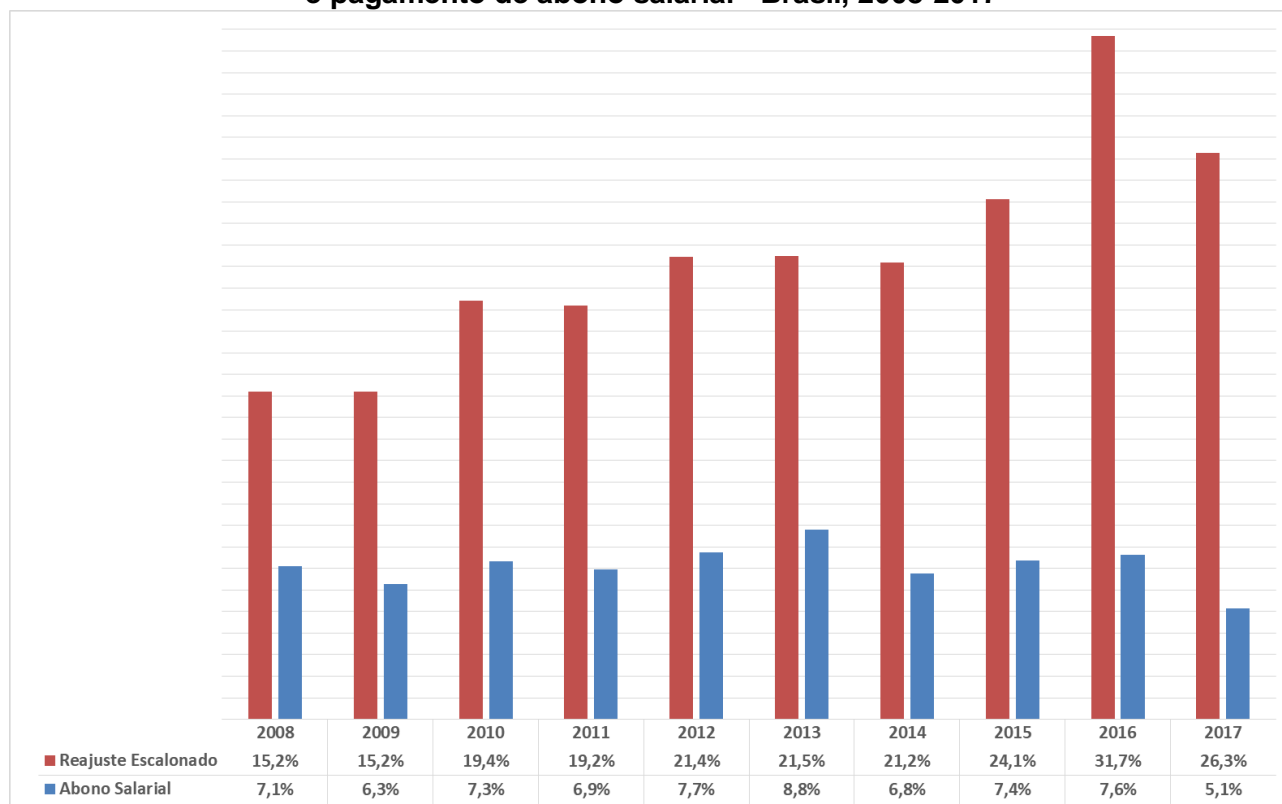


Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Em relação aos reajustes escalonados, nota-se em 2017 um recuo frente ao crescimento observado no ano anterior. Em que pese essa variação, o Gráfico 4 sugere a existência de uma tendência de crescimento na proporção dos reajustes escalonados nos últimos anos.

Quanto ao pagamento de abonos salariais nas datas-base, o ano de 2017 registra o menor patamar desde 2008: cerca de 5%. Nos anos anteriores, a proporção de negociações com previsão de pagamento de abono salarial oscilou entre 6% e 9%.

GRÁFICO 4
Proporção das unidades de negociação com reajustes salariais escalonados e pagamento de abono salarial - Brasil, 2008-2017



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Reajustes salariais por setores econômicos

Dentre os setores considerados no estudo, a Indústria é o que apresentou desempenho menos favorável em 2017 (Tabela 2). Cerca de 58% dos reajustes salariais negociados no setor, frente a 63% dos firmados no Comércio e a 70% dos estabelecidos nos Serviços, resultaram em ganhos reais acima do INPC-IBGE. A maior parte – cerca de 66% destes (116 em 175) – correspondeu a valores equivalentes a até 0,5% acima do índice inflacionário. Nos outros setores, a incidência de reajustes nessa faixa de ganho real, embora também significativa, não foi tão expressiva.

Ademais, cerca de 10% das negociações da Indústria, frente a 2% do Comércio e a 9% dos Serviços, tiveram reajustes inferiores à inflação.

Sobre os reajustes iguais ao INPC-IBGE, as proporções são: 32% na Indústria, 35% no Comércio e 21% nos Serviços.

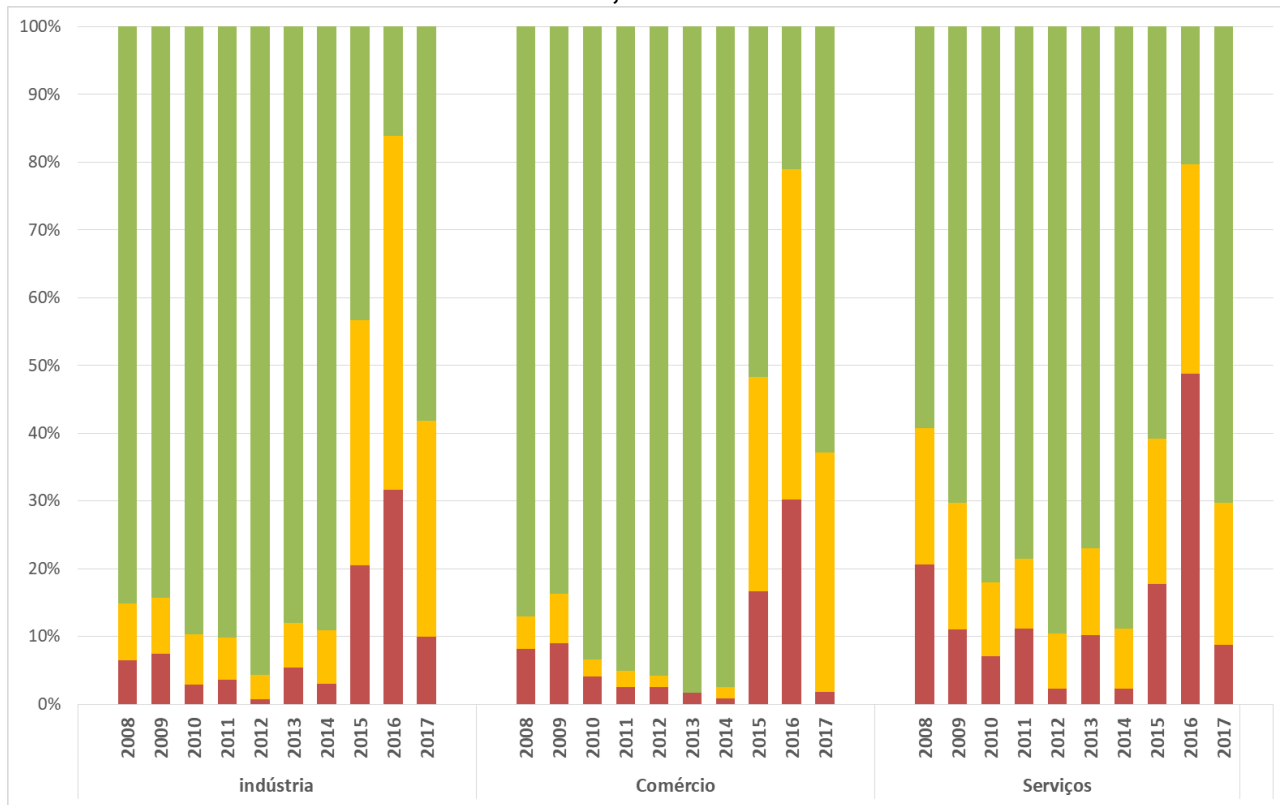
TABELA 2
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE,
segundo setor econômico - Brasil, 2017

Variação	Indústria		Comércio		Serviços	
	nº	%	nº	%	nº	%
Acima do INPC-IBGE	175	58,1	71	62,8	161	70,3
De 4,01% a 5% acima	1	0,3	1	0,9	0	0,0
De 3,01% a 4% acima	1	0,3	0	0,0	1	0,4
De 2,01% a 3% acima	4	1,3	3	2,7	5	2,2
De 1,01% a 2% acima	16	5,3	21	18,6	35	15,3
De 0,51% a 1% acima	37	12,3	23	20,4	43	18,8
De 0,01% a 0,5% acima	116	38,5	23	20,4	77	33,6
Igual ao INPC-IBGE	96	31,9	40	35,4	48	21,0
De 0,01% a 0,5% abaixo	10	3,3	0	0,0	13	5,7
De 0,51% a 1% abaixo	7	2,3	0	0,0	4	1,7
De 1,01% a 2% abaixo	5	1,7	2	1,8	1	0,4
De 2,01% a 3% abaixo	2	0,7	0	0,0	0	0,0
De 3,01% a 4% abaixo	4	1,3	0	0,0	2	0,9
De 4,01% a 5% abaixo	2	0,7	0	0,0	0	0,0
Abaixo do INPC-IBGE	30	10,0	2	1,8	20	8,7
Total	301	100,0	113	100,0	229	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Na comparação do desempenho dos reajustes salariais por setores econômicos no período entre 2008 e 2017 (Gráfico 5), é possível observar que os resultados do último ano representaram uma melhora em relação ao biênio anterior.

GRÁFICO 5
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE, por setores econômicos
Brasil, 2008-2017



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Reajustes salariais por atividades econômicas

Dentre as negociações da indústria (Tabela 3), as que apresentaram as maiores incidências de reajustes superiores à inflação foram as dos ramos de Papel, Papelão e Cortiça (80%), Alimentação (70%), Fiação e Tecelagem (64%), Metalúrgica (63%) e Vestuário (63%).

No ramo Químico e Farmacêutico, mais da metade das negociações analisadas (58%) tiveram reajustes iguais à inflação.

Na outra ponta, cerca de 31% das negociações da indústria Gráfica e 17% das indústrias Urbanas resultaram em reajustes abaixo da inflação, o que contribuiu para que a variação real média nesses setores fosse negativa (-0,19% e -0,12%, respectivamente).

TABELA 3

Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE e variação real média dos reajustes, segundo atividades econômicas selecionadas da indústria Brasil, 2017

Atividade Econômica	Acima do INPC	Igual ao INPC	Abaixo do INPC	Variação Real Média	Nº de Reajustes
Alimentação	70,3%	18,9%	10,8%	0,38%	37
Construção e Mobiliário	52,7%	36,4%	10,9%	0,10%	55
Fiação e Tecelagem	64,7%	29,4%	5,9%	0,34%	17
Gráfica	30,8%	38,5%	30,8%	-0,19%	13
Metalúrgica	62,7%	32,2%	5,1%	0,25%	59
Papel, Papelão	80,0%	13,3%	6,7%	0,27%	15
Química e Farmacêutica	38,5%	57,7%	3,8%	0,22%	26
Urbana	54,3%	28,6%	17,1%	-0,12%	35
Vestuário	62,5%	31,3%	6,3%	0,28%	32
Total do setor	58,1%	31,9%	10,0%	0,18%	301

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: São apresentadas somente as atividades econômicas com 10 ou mais reajustes registrados em 2017. No total do setor, foram incluídas as demais atividades econômicas não discriminadas na tabela

No setor do comércio (Tabela 4), a maior frequência de reajustes acima da inflação foi registrada no segmento de Minérios e Derivados do Petróleo; e no comércio Varejista e Atacadista não se observou reajustes inferiores ao INPC-IBGE.

TABELA 4

Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE e variação real média dos reajustes, segundo atividades econômicas selecionadas do Comércio Brasil, 2017

Atividade Econômica	Acima do INPC	Igual ao INPC	Abaixo do INPC	Variação Real Média	Nº de Reajustes
Minérios e Deriv. Petróleo	75,0%	12,5%	12,5%	0,67%	16
Varejista e Atacadista	61,3%	38,7%	0,0%	0,55%	93
Total do setor	62,8%	35,4%	1,8%	0,55%	113

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: São apresentadas somente as atividades econômicas com 10 ou mais reajustes registrados em 2017. No total do setor, foram incluídas as demais atividades econômicas não discriminadas na tabela

Nos serviços (Tabela 5), aumentos reais foram mais frequentes nos segmentos de Bancos e Seguros Privados (93%), Transportes (87%), Turismo e Hospitalidade (73%), Educação (70%), Serviços de Saúde (67%) e Processamento de Dados (64%).

Ressalve-se que, em Processamento de Dados, registra-se a maior proporção de reajustes abaixo da inflação (27%) do setor de serviços; e em Segurança e Vigilância, metade das negociações analisadas resultou em ganhos reais e metade, em reajustes iguais à inflação.

TABELA 5
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE e variação real média dos salários, segundo atividades econômicas selecionadas dos serviços Brasil, 2017

Atividade Econômica	Acima do INPC	Igual ao INPC	Abaixo do INPC	Variação Real Média	Nº de Reajustes
Bancos e Seguros Privados	92,9%	7,1%	0,0%	0,50%	14
Comunicações	40,0%	44,0%	16,0%	0,04%	25
Educação	70,6%	23,5%	5,9%	0,52%	34
Processamento de Dados	63,6%	9,1%	27,3%	0,20%	11
Segurança e Vigilância	50,0%	50,0%	0,0%	0,51%	16
Serviços de Saúde	66,7%	23,8%	9,5%	0,26%	21
Transportes	86,8%	10,5%	2,6%	0,69%	38
Turismo e Hospitalidade	73,1%	11,5%	15,4%	0,61%	52
Total do setor	70,3%	21,0%	8,7%	0,49%	229

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

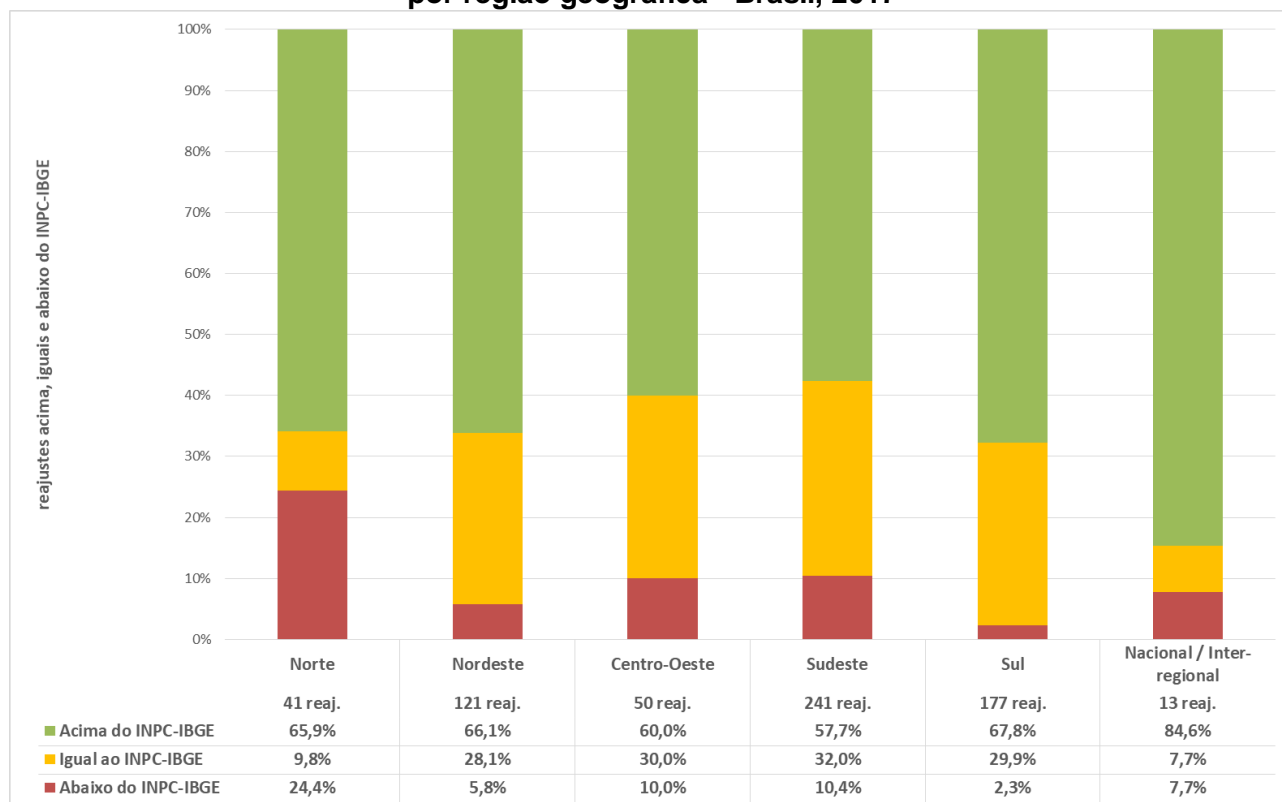
Obs.: São apresentadas somente as atividades econômicas com 10 ou mais reajustes registrados em 2017. No total do setor, foram incluídas as demais atividades econômicas não discriminadas na tabela

Reajustes salariais por regiões geográficas

Quanto ao recorte geográfico (Gráfico 6), as regiões Norte, Nordeste e Sul apresentaram proporções semelhantes de reajustes superiores à inflação, que correspondem a cerca de dois terços do total das negociações analisadas nessas localidades. As regiões Sudeste e Centro-Oeste registraram proporções ligeiramente inferiores: 58% e 60%, respectivamente. Nas negociações de caráter nacional ou inter-regional foram observados aumentos reais em 85% dos casos.

A região Norte é a que apresenta a maior proporção de reajustes inferiores ao INPC-IBGE (24%).

GRÁFICO 6
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE, por região geográfica - Brasil, 2017



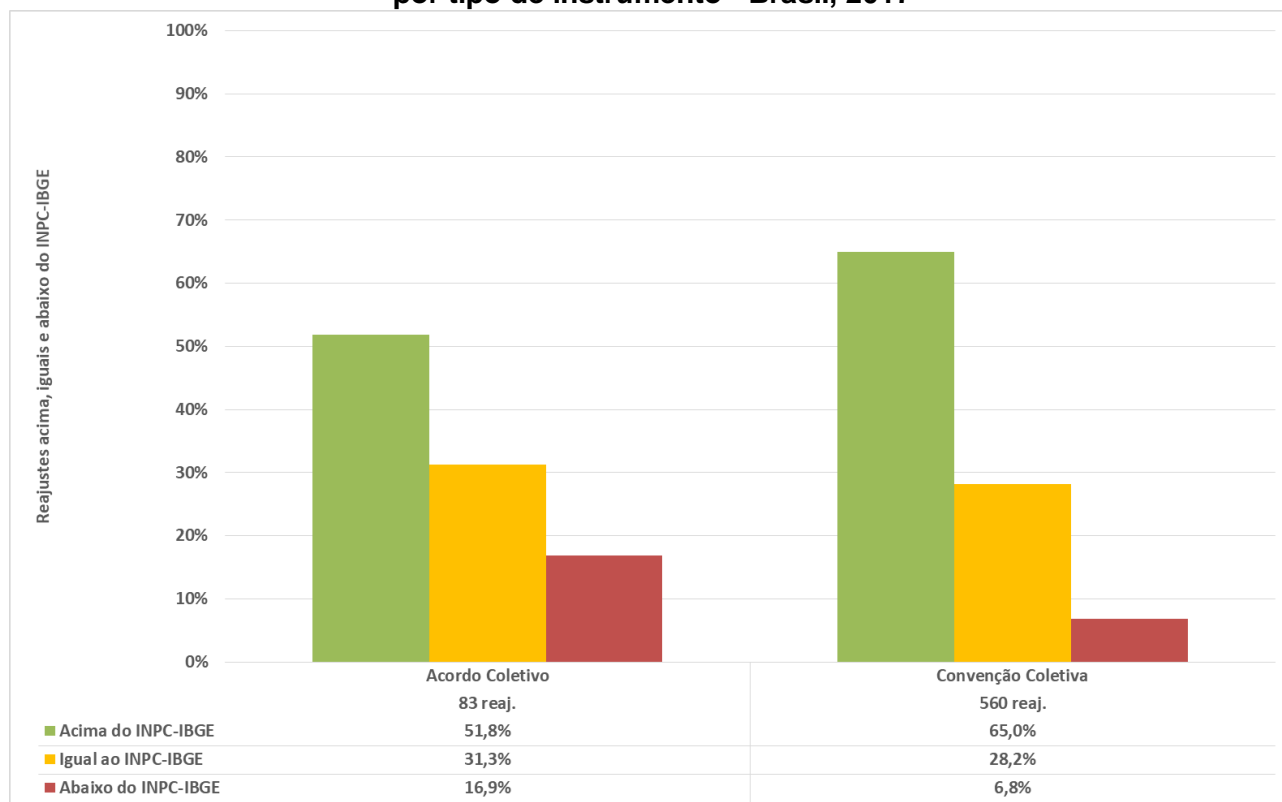
Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Reajustes salariais por tipo de negociação

Em relação ao tipo de instrumento coletivo acordado (Gráfico 7), reajustes acima do INPC-IBGE foram observados em 65% das convenções coletivas e em 52% dos acordos coletivos; e reajustes abaixo da inflação estão presentes em 7% das convenções e em 17% dos acordos coletivos.

O resultado não difere, em linhas gerais, do observado nos anos anteriores, em que as convenções coletivas – documentos firmados no âmbito da categoria – sempre apresentaram maior incidência de reajustes superiores à inflação do que os acordos coletivos – documentos firmados no âmbito das empresas.

GRÁFICO 7
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE, por tipo de instrumento - Brasil, 2017



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Resultados segundo o ICV-DIEESE

A comparação dos reajustes de 2017 com a inflação medida pelo ICV-DIEESE mostra resultados sensivelmente diferentes dos observados quando o parâmetro utilizado foi o INPC-IBGE. Segundo o ICV-DIEESE, cerca de 87% dos reajustes resultaram em ganhos reais aos salários, 13% registraram perdas e apenas 2 reajustes, o que equivale a 0,3% do painel, corresponderam à variação do ICV-DIEESE nas datas-base.

As diferenças entre os resultados apurados decorrem das distinções metodológicas dos dois índices, sendo a principal delas a abrangência geográfica das pesquisas que os produzem, uma vez que o ICV-DIEESE calcula a variação dos preços na cidade de São Paulo e o INPC-IBGE, em nove regiões metropolitanas, mais Brasília e o município de Goiânia.

Em 2017, o ICV-DIEESE estimou uma variação ligeiramente menor do que a do INPC-IBGE nos primeiros nove meses do ano, à exceção do mês de agosto, e levemente superior nos três meses seguintes.

Os valores dos reajustes necessários em cada data-base, segundo esses dois índices, são apresentados na Tabela 7, nos Anexos ao estudo.

TABELA 6
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o ICV-DIEESE
Brasil, 2017

Variação	Reajustes Salariais	
	nº	%
Acima do ICV-DIEESE	559	86,9
De 4,01% a 5% acima	2	0,3
De 3,01% a 4% acima	6	0,9
De 2,01% a 3% acima	24	3,7
De 1,01% a 2% acima	132	20,5
De 0,51% a 1% acima	230	35,8
De 0,01% a 0,5% acima	165	25,7
Igual ao ICV-DIEESE	2	0,3
De 0,01% a 0,5% abaixo	42	6,5
De 0,51% a 1% abaixo	25	3,9
De 1,01% a 2% abaixo	4	0,6
De 2,01% a 3% abaixo	7	1,1
De 3,01% a 4% abaixo	3	0,5
De 4,01% a 5% abaixo	1	0,2
Abaixo do ICV-DIEESE	82	12,8
Total	643	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Considerações finais

Sobre a análise dos reajustes salariais de 2017, é possível destacar alguns pontos. O primeiro é a queda significativa do número de reajustes analisados neste Balanço, devido à ausência de informações sobre os resultados das negociações coletivas acompanhadas pelo SAS-DIEESE. Essa queda pode ser um dos efeitos da reforma trabalhista, aprovada em julho de 2017 e que entrou em vigor em 11 de novembro do mesmo ano.

Entre as categorias que concluíram seus processos de negociação, porém, os reajustes obtidos, embora superiores aos observados em 2015 e 2016, estão ainda muito distantes dos conquistados entre a segunda metade dos anos 2000 e a primeira metade dos anos 2010. Esse desempenho contrariou as expectativas de que seria possível retomar os patamares de reajustes com ganhos reais pré-crise econômica, tanto em razão dos baixos índices inflacionários verificados, quanto da perspectiva de recuperação da economia. No entanto, a trajetória de melhora que parecia ocorrer não se manteve no último trimestre do ano; ao contrário, prevaleceram os efeitos da recessão econômica que atingiu o Brasil no biênio 2015-2016, com altas taxas de desemprego e crescimento do trabalho informal.

As negociações coletivas de 2017 foram – e, ao que tudo indica as de 2018 também serão – praticadas em um ambiente econômico desfavorável, agravado pelas incertezas causadas pelas mudanças na legislação trabalhista, que impactam fortemente a jurisdição do trabalho. Talvez o problema dos trabalhadores nos processos negociais não seja a reposição do valor real dos salários, que – dadas as baixas taxas inflacionárias – não deve enfrentar resistências do empresariado. As dificuldades devem surgir no âmbito das negociações das cláusulas sociais, onde se concentra agora a ofensiva patronal pela flexibilização dos direitos trabalhistas.

Anexos

Nesta seção são apresentadas tabelas com informações complementares ao balanço dos reajustes de 2017. A Tabela 7 traz a variação acumulada em doze meses (reajuste necessário) do INPC-IBGE e ICV-DIEESE para cada data-base em 2017. A Tabela 8 traz a distribuição dos reajustes analisados por setor econômico segundo as datas-bases das categorias analisadas. A Tabela 9 apresenta a distribuição dos reajustes de acordo com o tipo de instrumento normativo. A Tabela 10 mostra a distribuição dos reajustes segundo o setor e a atividade econômica das categorias profissionais. Por fim, a Tabela 11 traz a distribuição dos reajustes segundo região geográfica e unidade da Federação.

TABELA 7
Reajuste necessário na data-base
Brasil, 2017

Data-base	INPC-IBGE	ICV-DIEESE
Jan	6,58%	6,15%
Fev	5,44%	5,37%
Mar	4,69%	4,48%
Abr	4,57%	4,03%
Mai	3,99%	3,26%
Jun	3,35%	2,95%
Jul	2,56%	2,16%
Ago	2,08%	2,09%
Set	1,73%	1,71%
Out	1,63%	1,89%
Nov	1,83%	2,41%
Dez	1,95%	2,29%
Média 1º Sem.	4,77%	4,37%
Média 2º Sem.	1,96%	2,09%
Média Anual	3,37%	3,23%

Fonte: IBGE, DIEESE.

TABELA 8
Distribuição dos reajustes salariais, por setor econômico, segundo data-base
Brasil, 2017

	Indústria			Comércio			Serviços			Total		
	nº	%	% acum.	nº	%	% acum.	nº	%	% acum.	nº	%	% acum.
Jan	26	8,6%	8,6%	14	12,4%	12,4%	45	19,7%	19,7%	85	13,2%	13,2%
Fev	10	3,3%	12,0%	1	0,9%	13,3%	12	5,2%	24,9%	23	3,6%	16,8%
Mar	23	7,6%	19,6%	26	23,0%	36,3%	35	15,3%	40,2%	84	13,1%	29,9%
Abr	19	6,3%	25,9%	8	7,1%	43,4%	22	9,6%	49,8%	49	7,6%	37,5%
Mai	94	31,2%	57,1%	12	10,6%	54,0%	60	26,2%	76,0%	166	25,8%	63,3%
Jun	25	8,3%	65,4%	5	4,4%	58,4%	10	4,4%	80,3%	40	6,2%	69,5%
Jul	13	4,3%	69,8%	8	7,1%	65,5%	4	1,7%	82,1%	25	3,9%	73,4%
Ago	13	4,3%	74,1%	2	1,8%	67,3%	9	3,9%	86,0%	24	3,7%	77,1%
Set	24	8,0%	82,1%	19	16,8%	84,1%	20	8,7%	94,8%	63	9,8%	86,9%
Out	25	8,3%	90,4%	6	5,3%	89,4%	5	2,2%	96,9%	36	5,6%	92,5%
Nov	26	8,6%	99,0%	11	9,7%	99,1%	4	1,7%	98,7%	41	6,4%	98,9%
Dez	3	1,0%	100,0%	1	0,9%	100,0%	3	1,3%	100,0%	7	1,1%	100,0%
Total	301	100,0%	-	113	100,0%	-	229	100,0%	-	643	100,0%	-

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

TABELA 9
Distribuição dos reajustes salariais, segundo tipo de instrumento
Brasil, 2017

Instrumento Coletivo	Reajustes Salariais	
	nº	%
Acordo Coletivo	83	12,9
Convenção Coletiva	560	87,1
Total	643	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

TABELA 10
Distribuição dos reajustes salariais, segundo setor
e atividade econômica
Brasil, 2017

Setor / Atividade Econômica	Reajustes Salariais	
	nº	%
Comércio	113	17,6%
Minérios e Derivados de Petróleo	16	2,5%
Propagandistas e Vendedores de Produtos Farmacêuticos	4	0,6%
Varejista e Atacadista	93	14,5%
Indústria	301	46,8%
Alimentação	37	5,8%
Artefatos de Borracha	3	0,5%
Artefatos de Couro	1	0,2%
Cinematográfica	1	0,2%
Construção e Mobiliário	55	8,6%
Extrativa	4	0,6%
Fiação e Tecelagem	17	2,6%
Gráfica	13	2,0%
Instrumentos Musicais e Brinquedos	0	0,0%
Joalheria e Lapidação	1	0,2%
Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico	59	9,2%
Papel, Papelão e Cortiça	15	2,3%
Química e Farmacêutica	26	4,0%
Urbana	35	5,4%
Vestuário	32	5,0%
Vidros	2	0,3%
Serviços	229	35,6%
Agentes Autônomos no Comércio	9	1,4%
Bancos e Seguros Privados	14	2,2%
Comunicações, Publicidade e Empresas Jornalísticas	25	3,9%
Cultura Física	1	0,2%
Difusão Cultural	8	1,2%
Educação	34	5,3%
Processamento de Dados	11	1,7%
Segurança e Vigilância	16	2,5%
Serviços de Saúde	21	3,3%
Transportes	38	5,9%
Turismo e Hospitalidade	52	8,1%
Total	643	100,0%

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

TABELA 11
Distribuição dos reajustes salariais, segundo região geográfica e unidade da Federação Brasil, 2017

Região Geográfica / unidade da Federação	Reajustes Salariais	
	nº	%
Norte	41	6,4%
Amazonas	15	2,3%
Pará	21	3,3%
Rondônia	4	0,6%
Roraima	1	0,2%
Nordeste	121	18,8%
Alagoas	3	0,5%
Bahia	39	6,1%
Ceará	20	3,1%
Maranhão	1	0,2%
Paraíba	10	1,6%
Pernambuco	22	3,4%
Piauí	4	0,6%
Rio Grande do Norte	14	2,2%
Sergipe	8	1,2%
Centro-Oeste	50	7,8%
Distrito Federal	20	3,1%
Goiás	21	3,3%
Mato Grosso	5	0,8%
Mato Grosso do Sul	4	0,6%
Sudeste	241	37,5%
Espírito Santo	10	1,6%
Minas Gerais	49	7,6%
Rio de Janeiro	54	8,4%
São Paulo	128	19,9%
Sul	177	27,5%
Paraná	55	8,6%
Rio Grande do Sul	70	10,9%
Santa Catarina	52	8,1%
Nacional / Inter-regional	13	2,0%
Total	643	100,0%

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Notas metodológicas

1. As informações que embasam este estudo foram extraídas de acordos e convenções coletivas de trabalho registradas no Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE). Os documentos foram remetidos ao DIEESE pelas entidades sindicais envolvidas nas negociações coletivas, pelos escritórios regionais e subseções (unidades de trabalho que funcionam dentro de entidades sindicais) ou captados diretamente no Sistema Mediador, base de dados de instrumentos coletivos mantida pelo Ministério do Trabalho. Complementarmente, também foi considerado o noticiário da imprensa escrita e dos veículos impressos ou virtuais do meio sindical – jornais e revistas de sindicatos representativos de trabalhadores e de entidades sindicais empresariais.
2. Os dados aqui apresentados têm valor indicativo e buscam captar tendências da negociação salarial no país.
3. O painel de informações utilizado não permite extrapolações para além do conjunto exposto neste trabalho, dado que não se trata de amostra probabilística.
4. Cada registro refere-se a uma unidade de negociação. Por unidade de negociação, entende-se cada núcleo de negociação coletiva entre representantes de trabalhadores e empresários que resulta em um contrato formalizado entre as partes.
5. Este estudo analisou os reajustes salariais acordados por 643 unidades de negociação da indústria, do comércio e dos serviços. Estas negociações fazem parte de um painel fixo de 846 unidades de negociação acompanhadas anualmente pelo SAS-DIEESE desde 2008.
6. Foram excluídos desta pesquisa os reajustes conquistados pelas entidades representativas dos trabalhadores rurais e do funcionalismo público. Isto se deve às peculiaridades da dinâmica e dos resultados das negociações dessas categorias, que diferem significativamente das desenvolvidas nos demais setores econômicos.
7. O foco exclusivo das análises desenvolvidas nesta pesquisa são as negociações por reajuste dos salários diretos. Não faz parte das pretensões deste trabalho, portanto, a abordagem dos efeitos de vantagens compensatórias acordadas sob a forma de remuneração indireta ou variável (auxílios e adicionais).
8. Os reajustes aplicados aos pisos salariais são, em geral, diferentes dos aplicados aos demais salários. Neste estudo, foram considerados somente os reajustes aplicados aos salários superiores aos pisos.

9. No caso de reajustes salariais escalonados por faixas de remuneração, foi registrado o percentual incidente sobre o menor salário ou, quando disponível a informação, sobre a faixa salarial mais abrangente.
10. Nas tabelas do estudo, os percentuais serão sempre apresentados com arredondamento na primeira casa decimal, à exceção dos percentuais de inflação e aumento real médio, apresentados com arredondamento na segunda casa decimal. No texto, aparecerão arredondados para o valor inteiro mais próximo, resguardada a ressalva feita em relação aos índices de inflação e aumento real médio.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Vice-presidente: Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região – SP

Secretário Nacional: Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Diretor Executivo: Antonio Francisco Da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel – SP

Diretor Executivo: Carlos Donizeti França de Oliveira

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo – SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas – SP

Diretora Executiva: Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco – PE

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – RS

Diretor Executivo: Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba – PR

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia – BA

Diretor Executivo: Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região – SP

Diretora Executiva: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Fausto Augusto Júnior – Coordenador de Educação

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Patrícia Pelatieri – Coordenadora de Pesquisas e Tecnologia

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

Equipe Técnica Responsável

Luís Augusto Ribeiro da Costa

José Silvestre Prado de Oliveira (revisão)

Paulo Jager (revisão)

Vera Lúcia Mattar Gebrim (revisão)